ATA DA 751ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 08 E 09 DE MAIO DE 2026, EM FORMATO VIRTUAL.

PARTICIPANTES: Estiveram presentes na sede do Cofecon os economistas Tania Cristina Teixeira, presidenta; João Manoel Gonçalves Barbosa, vice-presidente; e os conselheiros federais Antonio Corrêa de Lacerda e Júlio Flávio Gameiro Miragaya. Participaram de forma virtual os conselheiros federais Carlos Magno Andrioli Bittencourt, Claudemir Galvani, Elis Braga Licks, Fabíola Andréa Leite de Paula, Gustavo Casseb Pessoti, Janine da Silva Alves Bello, Kerssia Preda Kamenach, Lucia dos Santos Garcia, Maria do Socorro Erculano de Lima, Odilon Guedes Pinto Junior, Paulo Hermance Paiva, Pedro Afonso Gomes, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Wellington Leonardo da Silva. Também participaram de forma virtual, na condição de conselheiros federais suplentes convocados pelo sistema de rodízio, Frednan Bezerra dos Santos e Kleber Antonio da Costa Moura. Compuseram a equipe de apoio do Cofecon: Aline Tales Ferreira, superintendente; Fábio Ronan Miranda Alves, procurador-geral; Ana Cláudia Ramos Pinto, coordenadora; Renata Reis Almeida, coordenadora de Comunicação; Edna Barroso Machado, Raquel Passos da Silva Araújo e Rielisson Barbosa de Moura, assessores; e Jane Lopes da Silva, assessora da Presidência e do Plenário. *(áudio, manhã/tarde, 08.05.2026 – 00:00:15 – 04:16:12).* Às dez horas a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, deu início à reunião. 1. Abertura da Sessão Plenária. 1. Abertura. 1.1. Justificativas de ausência. Conselheiros Federais: Flávia Vinhaes Santos, impossibilidade de participar por motivos de viagem, sendo substituída pelo conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda. **2. Expediente.** *2.1. Ata da Sessão anterior: 750ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizada nos dias 20 e 21 de março de 2026;* a minuta foi apreciada e aprovada por unanimidade. *2.2. Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos;* Informes da Presidência: A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, passou informação sobre a tramitação do PL nº 3.178/2024 – Projeto de Lei que altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para dispor sobre a profissão de Economista e dar outras providências. **Participação em eventos e representações da Presidência – Tania Cristina Teixeira. 17 de abril** – Participação em reunião da comissão organizadora do SINCE 2026, realizada na sede do Corecon-SP, em São Paulo/SP; **17 de abril** – Participação no 30º Encontro Regional dos Estudantes de Economia (ERECO Sudeste 2026), às 15h, no campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas/SP, acompanhada pelo Conselheiro Federal Econ. Claudemir Galvani; 28 de abril – participou da audiência pública conjunta com a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados; **30 de abril –** participou do 3º Encontro Conversando com Mulheres Economistas, evento virtual, organizado pelo Corecon-PR; **05 de maio** – Reunião com o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Merlong Solano, acompanhada pelos conselheiros federais Paulo Dantas da Costa e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, pela economista Valquíria Aparecida Assis, pela superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, e pelo assessor do Cofecon, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior; **07 de maio** – Reunião com o diretor-presidente do Instituto Sebrae Prev, Evandro Nascimento, e com a economista Isabel de Cássia Santos Ribeiro, acompanhada pelo vice-presidente do Cofecon, João Manoel Gonçalves Barbosa, e pelo conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda. **Participação em eventos e representações da Vice-Presidência – João Manoel Gonçalves Barbosa. 31 de março** – Participação na 124ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, realizada no Plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília/DF; e 28 **de abril** – Participação na 125ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília/DF. **Participação em eventos – Conselheiros e colaboradores. 25 de março** – Participação na reunião ordinária do Comitê Nacional do

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Representante do Cofecon: conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva; **31 de março** – Participação no evento em comemoração ao Dia do Ouvidor, promovido pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Representante: Econ. Maria Cristina de Araújo; **06 de abril** – Participação na Sessão Solene em comemoração aos 60 anos do Decreto nº 56.725 e dos Conselhos Regionais da 1ª à 10ª Região, realizada no plenário do Senado Federal e organizada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia. Representante: Econ. Maria Cristina de Araújo; **22 de abril –** Participação no 36º Prêmio Paraná de Economia, realizado às 19h, na Sala de Conferências do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Representante: Conselheiro Federal Econ. Carlos Magno Andrioli Bittencourt; **24 de abril** – Participação no lançamento oficial da ABNT NBR 17265:2026, norma técnica que estabelece um Sistema de Gestão da Governança para o setor público, fortalecendo a maturidade administrativa, a transparência e a orientação para resultados na gestão pública brasileira, realizado no Auditório Pereira Lira, do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília/DF. Representantes do Cofecon: Superintendente Econ. Aline Tales Ferreira e o assessor Paulo Roberto Samuel Alves Júnior; e **30 de abril –** Participação no Fórum de Debate Econômico do Distrito Federal, com o tema "Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2024–2027: perspectivas para o Distrito Federal e o Entorno". Representantes: Conselheiros Júlio Miragaya e José Luiz Pagnussat. *2.3. Informes dos conselheiros federais.* - Claudemir Galvani relatou a participação no Encontro Regional de Estudantes de Economia na Unicamp, destacando a grande presença e o entusiasmo dos estudantes. Informou que foram realizados contatos para divulgar a Gincana Nacional de Economia, com apoio da direção da universidade e do centro acadêmico; - Gustavo Casseb Pessoti informou a realização de entrevistas por meio da assessoria de comunicação e mencionou atividades relacionadas à Comissão de Desenvolvimento Regional; - Janine da Silva Alves Bello destacou a participação em entrevistas, grupos de trabalho e a gravação de podcast sobre economia do setor público. Ressaltou a evolução dos debates relacionados à NR-1; - Júlio Miragaya representou o Cofecon em debate promovido pelo Corecon-DF sobre desenvolvimento da Região Metropolitana e do Centro-Oeste, com participação de representantes da indústria e da Sudeco; - Odilon Guedes Pinto Junior informou participação em agenda institucional em Fernandópolis (SP), divulgando a campanha sobre orçamento público e transparência popular, além da gravação de podcast com a conselheira Janine da Silva Alves Bello; - Paulo Hermance Paiva participou de plenária extraordinária do Corecon, destacando os primeiros cem dias da gestão do presidente da entidade e o clima de engajamento institucional; - Pedro Afonso Gomes destacou entrevistas concedidas à imprensa e palestra sobre instrumentos de valorização profissional dos economistas, como a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a Certidão de Acervo Técnico (CAT) e o Cadastro Nacional de Peritos em Economia e Finanças (CNPEF); - Wellington Leonardo da Silva relatou reunião preparatória do XXVIII SINCE, destacando a proposta de incluir palestra sobre geopolítica internacional e seus impactos econômicos, especialmente em razão dos conflitos internacionais e seus reflexos na economia; - Teresinha de Jesus Ferreira da Silva informou a participação do assessor jurídico do Cofecon em reunião presencial do Movimento de Combate à Corrupção (MCC), considerada produtiva; - Lucia dos Santos Garcia destacou participação em entrevistas sobre jornada de trabalho, regulamentação do trabalho por plataformas digitais e pejotização. Apoio à preparação da presidenta para audiência pública na Câmara dos Deputados sobre pejotização. Participação, juntamente com a conselheira Josélia Souza de Brito, na apresentação da primeira pesquisa sobre a implementação da NR-1 entre trabalhadores de escritórios; e a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, registrou a repercussão positiva da participação do Cofecon na audiência pública sobre pejotização; o encaminhamento de material técnico ao Supremo Tribunal Federal por intermédio do deputado Rogério Correia; e a ampliação da participação do Cofecon em audiências públicas sobre temas econômicos e sociais, incluindo futura discussão sobre apostas esportivas (Bets). **3. Economia em**

Debate. Tema: "**A economia brasileira frente à guerra no Oriente Médio".** Palestrante: Débora Freire, economista, professora da UFMG e secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com os comentários do conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon. **4. Continuação Expediente.** *4.1. Informes dos coordenadores das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho do Cofecon.* Comissão de Comunicação: O conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda informou que a Comissão de Comunicação, em conjunto com a Comissão de Política Econômica, tem intensificado a participação do Cofecon no debate econômico por meio da produção de podcasts, estímulo à participação de conselheiros em entrevistas e elaboração de artigos para a mídia, visando ampliar e diversificar a atuação institucional. Na sequência, foi apresentada proposta de diretrizes para publicação de artigos no site do Cofecon, com o objetivo de estabelecer critérios claros, transparentes e alinhados à preservação da imagem institucional. A proposta prevê a classificação dos conteúdos em categorias editoriais distintas, diferenciação dos níveis de divulgação (site, página principal e redes sociais), definição de temas prioritários, inclusão de aviso de responsabilidade exclusiva dos autores em artigos de opinião e criação de fluxo de análise para conteúdos que extrapolem o escopo prioritário. Após debate entre os conselheiros, foram destacadas a importância da valorização da produção intelectual dos economistas, da pluralidade de opiniões e da preservação da coerência institucional. Encerradas as discussões, as diretrizes apresentadas pela Comissão de Comunicação foram aprovadas pelo Plenário, registrando-se a abstenção do conselheiro Júlio Miragaya. Comissão Mulher Economista e Diversidade: A conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva informou que a Comissão está com a programação e os palestrantes do IV Seminário Mulher Economista e Diversidade praticamente definidos e trabalhando na captação de patrocínios para viabilizar o evento, contando com o apoio do Corecon-AM. Solicitou aos conselheiros e aos Conselhos Regionais apoio na divulgação, destacando que as inscrições já estão abertas. Durante a discussão, foi sugerida a busca de apoio junto ao Sebrae Nacional e ao SebraePrev para complementar os recursos necessários ao evento. A conselheira também registrou o apoio de Conselhos Regionais, especialmente de São Paulo e Minas Gerais, na indicação de palestrantes e mobilização de participantes. Comissão de Educação: A conselheira Kerssia Kamenach apresentou informe da Comissão de Educação, destacando as ações voltadas à aproximação do Sistema Cofecon/Corecons com os estudantes de Economia, por meio do fortalecimento dos Corecons Acadêmicos. Informou a realização de reunião com representantes da Federação dos Estudantes para discutir estratégias de ampliação da participação estudantil e da criação de novos núcleos acadêmicos. Relatou ainda reuniões com os presidentes dos Corecons para tratar do Desafio Quero Ser Economista, do Prêmio Brasil de Economia e da Gincana Nacional de Economia. Por fim, comunicou o início de discussões para estimular a criação de cursos de Ciências Econômicas nos Institutos Federais. Comissão de Desenvolvimento Regional e Local. O conselheiro Gustavo Casseb Pessoti apresentou informes, relatando que a comissão definiu como tema central de suas atividades a discussão sobre pobreza e desenvolvimento regional. Informou que estão previstas ações para o segundo semestre, incluindo a realização de evento durante o SINCE, publicação de edição temática da revista Economistas e lançamento de livro sobre o tema. Destacou que a comissão vem dialogando com especialistas da área para subsidiar as discussões e a elaboração da revista, bem como planejando a participação do Cristovam Buarque em atividade prevista para o segundo semestre. Comissão Ações para Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil. O conselheiro Júlio Miragaya informou que a comissão atua por meio do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, que realiza reuniões mensais. Entre as principais iniciativas em andamento, destacou a criação do perfil do Fórum no Instagram. Também informou a intenção de promover um debate com representantes das candidaturas eleitorais sobre propostas de combate à desigualdade social, observando os requisitos da legislação eleitoral. A definição da data e do formato deverá ocorrer na próxima reunião do Fórum. No âmbito do Grupo de Trabalho de Neoindustrialização, relatou a proposta de realização

de um seminário sobre o crescimento do emprego industrial em regiões de destaque do país, com foco na região Oeste do Paraná, identificada em estudo do Dieese como uma das que mais cresceram nesse aspecto. A intenção é realizar o evento em Cascavel, em parceria com o Corecon-PR e instituições locais. Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária. A conselheira Fabíola Andréa Leite de Paula informou que a comissão segue desenvolvendo, em parceria com a ABPES, o curso de formação em Economia Solidária, cuja quarta aula seria realizada no dia seguinte, com o professor Gilberto Carvalho. Relatou ainda que a comissão recebeu convite para integrar o comitê organizador do Seminário Nacional de Economia Solidária, que ocorrerá no Rio de Janeiro entre os dias 10 e 14 de junho. Por fim, informou que o seminário conjunto das Comissões de Economia Solidária e Sustentabilidade, previsto para os dias 20 e 21 de maio, em São Paulo, já atingiu a capacidade máxima de inscrições para a modalidade presencial. Comissão de Fiscalização e Registro Profissional. A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou o andamento do Programa Plantão Fiscal, iniciativa voltada ao fortalecimento da fiscalização e dos registros no Sistema Cofecon/Corecons. O projeto tem como objetivo promover capacitação contínua, compartilhamento de boas práticas e orientação técnica aos Conselhos Regionais de Economia, deixando de ser apenas um espaço para esclarecimento de dúvidas. O programa foi estruturado com base nas recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), especialmente nos eixos de qualificação de pessoal e integração tecnológica, além de considerar o Manual de Fiscalização e o diagnóstico realizado no Sistema Cofecon/Corecons. Entre os objetivos estão: qualificar servidores e fiscais dos Conselhos; fortalecer a atividade fiscalizatória; melhorar o desempenho institucional dos Corecons; ampliar o número de registros profissionais; e atender às recomendações do TCU. Comissão de Trabalho, Valorização e Mercado Profissional do Economista: a conselheira Lucia dos Santos Garcia apresentou as atividades da Comissão, destacando a reorganização do grupo de peritos, com o objetivo de fortalecer a comunicação e a integração entre seus integrantes, especialmente diante das ações previstas no âmbito do Fórum dos Peritos. No campo do mercado de trabalho e da atuação profissional do economista, a Comissão concentrou seus esforços na discussão da NR-1 (Norma Regulamentadora nº 1). A conselheira explicou que a recente atualização da norma reforça a atenção aos riscos psicossociais e à saúde mental dos trabalhadores, tema que ganha relevância diante do aumento dos casos de adoecimento mental no país. A conselheira Janine da Silva Alves Bello complementou o relato, ressaltando que a nova NR-1 transforma a gestão dos riscos psicossociais em uma exigência legal, sujeita à fiscalização e a possíveis desdobramentos jurídicos e econômicos para as organizações. A presidenta do Cofecon Tania Cristina Teixeira agradeceu a comissão pelo trabalho realizado. Comissão de Economia do Setor Público. O conselheiro federal Odilon Guedes Pinto Júnior destacou a importância da Comissão de Economia do Setor Público, criada para ampliar o debate sobre o papel do Estado e do orçamento público no desenvolvimento econômico e social do país. Segundo ele, é fundamental que os economistas contribuam para esclarecer a sociedade sobre a relevância das políticas públicas e das instituições estatais. Entre as ações da Comissão, foi destacado o lançamento de um podcast sobre a campanha "Orçamento Público e Transparência Popular", além da realização de palestras, debates e atividades junto aos Conselhos Regionais de Economia, universidades, estudantes, gestores públicos e sociedade civil. O objetivo é ampliar o conhecimento sobre orçamento público, tributação e a função do Estado na oferta de serviços e políticas públicas. A Comissão também está elaborando documentos informativos sobre o papel dos bancos públicos, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e outras políticas públicas relevantes. Além disso, encontra-se em desenvolvimento uma cartilha educativa voltada à compreensão do orçamento público, em articulação com a Comissão de Educação. Por fim, informou que a Comissão pretende intensificar a articulação com os Conselhos Regionais, promovendo debates, palestras e ações de conscientização sobre o papel do Estado e das políticas públicas no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A presidenta apresentou o relatório da Comissão de Relações

Internacionais, coordenada em conjunto com os conselheiros Wellington e Júlio Miragaya, além da participação de representantes com experiência na área internacional. Entre as principais ações desenvolvidas, destacou-se a articulação com a AEALC - Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Embora o encontro previsto para ocorrer em Cuba tenha sido adiado devido à situação enfrentada pelo país, os contatos institucionais continuam sendo mantidos, com a perspectiva de promover futuramente um encontro de cooperação entre representantes da América Latina. Também foram relatados os avanços nas tratativas para fortalecer acordos de cooperação com entidades de economistas dos países de língua portuguesa, especialmente de Portugal, visando à realização de atividades conjuntas no Brasil. Outro ponto abordado foi a possibilidade de realização de um seminário internacional sobre economia solidária e sustentabilidade, com a participação de professores e pesquisadores franceses vinculados a instituições parceiras. A iniciativa busca ampliar o intercâmbio acadêmico e o debate sobre temas estratégicos para a profissão. A Comissão pretende realizar reunião nas próximas semanas para dar encaminhamento aos acordos de cooperação e definir os objetivos e ações de cada parceria institucional. O conselheiro Wellington Leonardo da Silva complementou o relato informando que iniciou contatos com entidades de economistas de países da América Latina, começando pela Argentina, com o objetivo de construir uma rede de cooperação regional e viabilizar encontros entre as instituições. Ressaltou ainda as dificuldades enfrentadas pela entidade sediada em Cuba, o que tem limitado a realização de atividades internacionais no momento, mas destacou a expectativa de retomada das ações quando as condições forem favoráveis. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, apresentou o relatório da Comissão Organizadora do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), destacando a realização da primeira reunião de planejamento do evento. Entre os principais temas discutidos estiveram a definição da sede, a avaliação da infraestrutura local, a disponibilidade de serviços de apoio, a qualidade dos espaços para as atividades do simpósio e a estimativa inicial de custos. Também foi debatida a escolha de um economista para realizar a conferência de abertura do evento, reforçando a intenção de valorizar profissionais da área econômica na condução dos debates centrais do congresso. O conselheiro Wellington Leonardo da Silva ressaltou a importância da palestra de abertura para preparar delegados e conselheiros a discutir os impactos das transformações do cenário econômico internacional. Grupo de Trabalho Ouvidoria: Prevenção de Assédio no Ambiente de Trabalho. O conselheiro Paulo Hermance Paiva apresentou o relatório do grupo de trabalho composto pelas conselheiras Lucia dos Santos Garcia, Flávia Vinhaes Santos e Janine da Silva Alves Bello, com apoio da equipe técnica do Cofecon. Informou que o grupo vem realizando reuniões periódicas e conta com a participação da superintendência, da procuradoria e de servidores da instituição. Entre as principais ações em andamento, destacou a realização de uma reunião de alinhamento para consolidar os encaminhamentos do grupo e organizar a oferta de um curso ministrado pela professora Suzana Tolfo, docente da área de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A capacitação será direcionada, inicialmente, aos administradores dos Corecons, integrantes do grupo de trabalho e profissionais da área de recursos humanos. O conselheiro também informou que está sendo elaborada uma minuta de resolução voltada à implementação de procedimentos relacionados à gestão de riscos ocupacionais, em consonância com as discussões sobre saúde e segurança no ambiente de trabalho. **5. Ordem do Dia.** 5.1 Análise de Cursos Conexos passíveis de registro*: 5.1.1. Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC. (Processo SEI nº 141100.000089/2026-55);* O conselheiro Claudemir Galvani informou que a análise foi realizada com base nas resoluções do Cofecon que regulamentam o reconhecimento de cursos conexos à Economia, bem como no parecer jurídico emitido sobre o caso. Segundo o relator, foi verificado que o curso atende aos requisitos estabelecidos pelas normas vigentes, não havendo impedimentos para o reconhecimento de seus egressos para fins de registro profissional. Dessa forma, apresentou voto favorável à aprovação do registro dos formados no curso de Relações Internacionais da PUC Goiás, com fundamento no parecer jurídico correspondente. Também sugeriu

que o Corecon-GO comunique oficialmente a instituição de ensino sobre a decisão, possibilitando que outros concluintes do mesmo curso possam requerer registro profissional junto ao Conselho Regional. Submetido à apreciação da plenária, o parecer foi aprovado por unanimidade, sem manifestações contrárias. *5.1.2. Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) (Processo SEI nº 141104.000047/2026-84);* O conselheiro Claudemir Galvani apresentou o segundo processo referente ao reconhecimento de curso conexo, encaminhado pelo Corecon-RS, relacionado ao curso de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). A solicitação teve origem em pedido de registro profissional apresentado por uma egressa do curso. O relator informou que a análise foi realizada com base nas resoluções do Cofecon que regulamentam o reconhecimento de cursos conexos e que o curso atende plenamente aos critérios e requisitos estabelecidos nas normas vigentes. Dessa forma, apresentou voto favorável ao reconhecimento do curso para fins de registro profissional dos seus egressos, fundamentado no parecer jurídico correspondente. Submetido à apreciação da plenária, o parecer foi aprovado por unanimidade, sem manifestações contrárias, autorizando o registro dos formados em Relações Internacionais pela USP nos Conselhos Regionais de Economia, observadas as normas aplicáveis. *5.2. Avaliação de programas de mestrado e doutorado em Economia passíveis de registro e regulamentação de campo de atuação profissional: 5.2.1. Programa de Mestrado em Economia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (Processo SEI nº 141106.000217/2026-19);* O conselheiro Claudemir Galvani apresentou o terceiro processo analisado pela Comissão de Educação, referente ao pedido de registro profissional de um egresso do Mestrado em Economia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), encaminhado pelo Corecon-PR. A solicitação teve origem no interesse do aluno Thomaz Nogueira Ribeiro em obter registro junto ao Conselho Regional de Economia. Segundo o relator, a análise jurídica concluiu que o curso atende plenamente às exigências legais e normativas aplicáveis, incluindo as resoluções do Cofecon que tratam do reconhecimento de cursos para fins de registro profissional. Diante disso, foi apresentado voto favorável ao reconhecimento do curso e à concessão do registro profissional ao egresso. Submetido à apreciação da plenária, o parecer foi aprovado por unanimidade, sem manifestações contrárias. Ao final, a presidência agradeceu o trabalho da Comissão de Educação e do conselheiro relator pela condução dos processos. *5.3. Definição de diretrizes para publicação de artigos no site do Cofecon (Processo SEI nº 141100.000098/2026-46);* O processo foi apresentado durante o relato das comissões e aprovado pela maioria com abstenção do conselheiro federal Júlio Miragaya. *5.4. Calendário Eleitoral 2026 - Sistema Cofecon/Corecon (Processo SEI nº 141100.000097/2026-00);* O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes apresentou o seu relato nos seguintes termos: "*Trata-se de processo administrativo que visa instituir procedimentos e aprovar o calendário referente ao processo eleitoral de 2026 do Sistema Cofecon/Corecon, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do Procedimento Eleitoral do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.981, de 2017, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 6º da Lei nº 6.537, de 1978. 2. Especificamente com relação ao calendário eleitoral de 2026, faço algumas considerações a respeito de algumas importantes fases a serem observadas: a) Período das eleições: as eleições serão realizadas de 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), a partir das 8h, até as 20h do dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira). b) Data de publicação do edital: O edital de convocação para as eleições deve ser publicado nos meios previstos até 17 de agosto de 2026 (segunda-feira). c) Data de registro de chapas: O prazo limite para inscrição de chapas encerra em 16 de setembro de 2026 (quarta-feira), até 1h antes do encerramento do expediente do Corecon. d) Datas de definição e de subida das bases dos colégios*

eleitorais: Colégio Eleitoral Provisório (base 01): até 31 de agosto de 2026 (segunda-feira); Colégio Eleitoral Intermediário (base 02): até 18 de setembro de 2026 (sexta-feira); e Colégio Eleitoral Definitivo (base 03): até 15 de outubro de 2026 (quinta-feira). e) Prazo para registro e regularização perante o Corecon: O profissional que efetuar novo registro ou regularizar seus débitos relacionados às anuidades até 15 de outubro de 2026 (quinta-feira) poderá participar do processo eleitoral. f) Data limite da remessa do dossiê eleitoral para o Cofecon: O Corecon deverá encaminhar o Dossiê Eleitoral para homologação pelo Cofecon, exclusivamente via eletrônica/digital, até 17 de novembro de 2026 (terça-feira). g) Data de homologação do dossiê eleitoral: A homologação dos Dossiês Eleitorais pelo Cofecon ocorrerá em 27 de novembro de 2026 (sexta-feira). h) Data da ADE 2026:A Assembleia de Delegados Eleitores de 2026 ocorrerá no dia 1º de dezembro de 2026 (terça-feira). 3. Ante o exposto, especialmente considerando que a minuta proposta atende os normativos aplicáveis à matéria, é que voto pela aprovação da minuta de resolução em anexo. Resolução colocada em votação e aprovada por unanimidade. **6. Processos Administrativos e Contábeis.** *6.2. Processos de Fiscalização e Registro Profissional*. A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou para homologação o processo: - Processo 141100.000270/2024-08 (Corecon-RO), Interessada: Edilene do Amaral Lopes. O processo já havia sido analisado anteriormente e, após discussão em plenário, foi determinada diligência para aprofundamento da análise. Com base em estudo realizado pelas áreas técnicas do Cofecon e do Corecon Rondônia, ficou comprovado que a profissional exerce a função de gestora de marketing, sem desempenhar atividades privativas ou relacionadas ao campo profissional da Economia e das Finanças. As atribuições exercidas não se enquadram nas atividades previstas pela legislação da profissão de economista. Diante das evidências apresentadas, a relatora votou pelo conhecimento e provimento do recurso, reformando a decisão anterior do Corecon-RO/AC e autorizando o cancelamento do registro profissional da recorrente. O voto foi submetido à apreciação do plenário e aprovado por unanimidade. O conselheiro federal Carlos Magno Andrioli Bittencourt apresentou para homologação os processos: - Processo 141117.000232/2025-49 (Corecon-ES), Interessado: João Carlos Mello de Souza, oriundo do Corecon-ES, referente a recurso contra o indeferimento do pedido de cancelamento de registro profissional. Após análise do caso, verificou-se que o recorrente exerce o cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle na Secretaria do Tesouro Nacional, desempenhando atividades diretamente relacionadas às áreas de Economia e Finanças, compatíveis com o campo profissional do economista. Diante disso, o relator votou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu indeferimento, mantendo a decisão do Corecon-ES que negou o cancelamento do registro profissional. O parecer foi submetido à votação e aprovado pelo plenário. A conselheira federal Janine da Silva Alves Bello apresentou seu voto para homologação dos seguintes processos: - Processo 141110.000137/2025-13 (Corecon-MG, Interessada: Tayanne Renata de Oliveira Arcebispo. Recurso da economista contra decisão do Corecon-MG que indeferiu o cancelamento de registro. A relatora destacou que a recorrente, no cargo de analista de informações na Federação Interfederativa das Cooperativas de Trabalho Médico de Minas Gerais, exerce atividades típicas de economista, como análise e tratamento de dados, elaboração de relatórios, construção de cenários, planejamento estratégico, monitoramento de indicadores e análise de mercado. Votou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pela manutenção da decisão do Corecon-MG. O Plenário aprovou o parecer por unanimidade. - Processo 141111.000164/2025-78 (Corecon-DF), Interessado: Ludi Ferreira de Avelar. Recurso do economista contra decisão do Corecon-DF que indeferiu o pedido de cancelamento de registro profissional. A relatora observou que o recorrente, na função de analista júnior da Finep, desempenha atividades relacionadas ao planejamento, análise e desenvolvimento de processos,

projetos e programas, exigindo conhecimentos especializados em economia e finanças. Assim, votou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pela manutenção da decisão do Corecon-DF. O processo foi submetido à votação do Plenário e aprovado por unanimidade. O conselheiro federal Gustavo Casseb Pessoti apresentou os seguintes processos para homologação: - Processo 141102.001352/2025-22 (Corecon-SP), Interessada: MDM Capital Consultoria Assessoria e Intermediação. A empresa recorreu da decisão do Corecon-SP que indeferiu seu pedido de cancelamento de registro. Após análise do objeto social da empresa, que inclui atividades de consultoria em gestão empresarial, planejamento estratégico, acompanhamento patrimonial e financeiro, administração fiduciária de carteiras e fundos de investimento, concluiu-se que suas atividades estão diretamente relacionadas às áreas de Economia e Finanças. O relator votou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu indeferimento, mantendo a obrigatoriedade do registro profissional. O voto foi aprovado pelo plenário por unanimidade. - Processo 141102.004135/2025-94 (Corecon-SP), Interessado: Vitor Amaral Tarcha. O economista solicitou a remissão de débitos de anuidades, alegando que reside no exterior desde 2018, não exerce a profissão no Brasil e já havia solicitado a suspensão do registro em 2022. O relator destacou que, desde a publicação da Resolução Cofecon nº 2.164/2024, em atendimento a determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), foram suspensas as possibilidades de remissão de débitos no Sistema Cofecon/Corecons sem autorização legal específica. Dessa forma, votou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pela manutenção da decisão do Corecon-SP que negou a remissão dos débitos. O conselheiro Pedro Afonso declarou-se impedido e se absteve da votação por ter atuado administrativamente no caso. O parecer foi aprovado pela maioria do plenário. O conselheiro federal Paulo Hermance Paiva apresentou dois processos, a seguir, para homologação: - Processo 141104.000196/2025-62 (Corecon-RS), Interessado: Thiago Bratrowski Coutinho. Recurso de cancelamento de registro interposto pelo economista contra decisão do Corecon-RS que indeferiu o pedido de cancelamento. O relator destacou que o recorrente atua como sócio-administrador de empresa de consultoria em gestão e organização de negócios, exercendo atividades de assessoria, consultoria, planejamento organizacional, controle orçamentário, planejamento financeiro, gestão de custos e análise de viabilidade econômica, caracterizadas como atividades inerentes à profissão de economista. Votou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pela manutenção da decisão do Corecon-RS. O parecer foi aprovado por unanimidade. Processo 141104.000336/2025-01 (Corecon-RS), Interessado: Sérgio Brinckmann. Pedido de reconsideração apresentado por Sérgio Brinkmann em relação à decisão da 750ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, que já havia negado provimento ao recurso referente ao indeferimento de seu pedido de cancelamento de registro profissional. O recorrente alegou que suas atividades na empresa de consultoria em gestão empresarial se restringem às áreas de governança, compliance e organização, sem o exercício de atividades privativas de economista, além de defender a inexistência de fato gerador para a cobrança de anuidades. O relator concluiu que não houve apresentação de fato novo, ilegalidade ou vício que justificasse a revisão da decisão anterior, votando pelo não conhecimento do pedido de reconsideração e pela manutenção integral da decisão já proferida pelo Cofecon. O Plenário aprovou o parecer por unanimidade. Comunicação da Presidência: Foi registrado em plenário o falecimento do economista Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, ocorrido no dia 7. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, informou a publicação de nota de pesar e destacou sua trajetória acadêmica e profissional, incluindo sua atuação como presidente interino do Banco Central em 1999 e sua participação na criação do Comitê de Política Monetária (Copom). Encaminhamento final: A Presidência informou que os processos relativos à Comissão de Educação e às ajudas financeiras seriam apreciados na reunião do dia seguinte, com relatoria da Comissão de Educação e da Comissão de Tomada de Contas. *(áudio, manhã, 09.05.2026 – 00:00:15 – 01:49:30).* **Continuação 6. Processos Administrativos e Contábeis. Visita Técnica ao Corecon-SE.** A conselheira federal Fabíola Andréa Leite de Paula relatou a visita técnica realizada ao Corecon-SE, juntamente com Daniel dos Passos Soares, nos dias 23 e 24 de abril. Durante a visita, foram identificadas dificuldades financeiras, administrativas e operacionais que comprometem o funcionamento do Conselho. Entre os principais pontos observados, destacou-se

que a demissão da funcionária Artemisa Ribeiro Batista, realizada por meio de Programa de Demissão Voluntária (PDV), teve como objetivo reduzir despesas e garantir a sobrevivência financeira da entidade, que não possuía condições de manter dois funcionários. Contudo, a saída da servidora, que detinha maior experiência, gerou dificuldades na gestão e na execução das atividades, restando apenas o servidor Robério do N. Bernardo para conduzir os trabalhos. Foi constatado que o empréstimo contratado pelo Conselho foi utilizado para custear a rescisão trabalhista. Paralelamente, havia passivos relacionados ao não pagamento de reajustes salariais e vale-refeição, posteriormente quitados após negociação com o sindicato, o que agravou ainda mais a situação financeira da entidade. Outro problema relatado foi uma ação judicial movida por um economista inadimplente, que resultou no bloqueio de recursos do Conselho, gerando insegurança quanto à continuidade das atividades de cobrança e fiscalização por receio de novos custos judiciais. A equipe verificou a necessidade de maior apoio técnico ao Corecon-SE, especialmente nas áreas jurídica e de fiscalização. Foram articuladas ações junto à assessoria jurídica do Cofecon e ao plantão de fiscalização para auxiliar o único servidor da entidade. Também foi observado que, ao longo do ano, apenas um novo economista se registrou no Conselho. Diante disso, foram discutidas estratégias para ampliar a visibilidade institucional, fortalecer convênios e estimular a aproximação dos profissionais da economia com o Corecon. A conselheira federal Fabíola Andréa Leite de Paula manifestou preocupação com a possibilidade de venda do imóvel próprio do Conselho para locação de uma sala, por entender que a medida criaria novas despesas fixas. Por fim, defendeu a necessidade de acompanhamento contínuo dos Conselhos Regionais que enfrentam dificuldades financeiras e administrativas, com o objetivo de promover sua recuperação institucional e evitar medidas mais drásticas, como processos de fusão regional, que podem ampliar o distanciamento dos economistas em relação ao Sistema. Após as manifestações e contribuições do plenário, foi informado que a Comissão de Tomada de Contas apresentará relatório detalhado da visita técnica, contemplando as observações realizadas e os encaminhamentos propostos. *6.1. Processos Contábeis*. A conselheira federal Fabíola Andréa Leite de Paula iniciou o relato dos processos contábeis de sua competência, sendo eles: Processo 141100.000045/2026-25 (Corecon-AL), Proposta Orçamentária de 2026, atendeu diligência em 12/12/2025, processo aprovado por unanimidade. Processo 141103.000097/2026-71 (Corecon-PE), reformulação orçamentária de 2026, processo aprovado por unanimidade. Processo 141115.000015/2026-50 (Corecon-MA), prestação de contas de 2025, processo aprovado por unanimidade; Processo 141116.000012/2026-14 (Corecon-SE), prestação de contas de 2025, processo aprovado por unanimidade. Processo 141116.000057/2026-81 (Corecon-SE), balancete do 1º trimestre de 2026, processo aprovado por unanimidade. Pedido de Vista. Processo 141116.000192/2025-45 (Corecon-SE), Balancete do 3º trimestre de 2025. O conselheiro Pedro Afonso apresentou voto de vista referente ao balancete do 3º trimestre de 2025 do Corecon-SE, destacando sua preocupação com a situação financeira do regional, que vem acumulando déficits orçamentários desde 2023 e consumindo suas reservas financeiras. Em sua análise, relatou que o Corecon-SE contratou, em dezembro de 2024, um empréstimo de aproximadamente R$ 90,6 mil junto ao Banco do Estado de Sergipe para custear verbas rescisórias decorrentes da adesão de uma funcionária ao Programa de Demissão Voluntária (PDV). O financiamento foi pactuado em 48 parcelas, com impacto financeiro que se estenderá até 2029. O conselheiro observou que não conseguiu confirmar se a criação do PDV e a contratação do empréstimo foram previamente autorizadas pela plenária do regional, nem verificar a adequação dos valores pagos na rescisão. Também apontou que não houve solicitação de reformulação orçamentária ao Cofecon em 2024, apesar da necessidade de adequação das despesas decorrentes do empréstimo. Pedro Afonso destacou ainda que, embora as prestações de contas de 2024 e os balancetes dos primeiros trimestres de 2025 tenham sido aprovados, a reformulação orçamentária que acomodou essas despesas somente foi aprovada posteriormente, em outubro de 2025. Ressaltou que o pagamento anual das parcelas do empréstimo representa parcela significativa da arrecadação

do Conselho e exige acompanhamento permanente. Por fim, registrou que a recente visita técnica da Comissão de Tomada de Contas ao Corecon-SE já orientou a gestão local sobre medidas para aumentar receitas e reduzir despesas. Considerando a regularidade orçamentária do período analisado, votou pela aprovação do balancete do 3º trimestre de 2025, recomendando acompanhamento contínuo do regional para garantir seu equilíbrio financeiro e a continuidade dos serviços prestados aos economistas e à sociedade sergipana. O voto foi submetido ao plenário e aprovado por unanimidade. Em continuidade, o conselheiro federal Paulo Hermance Paiva apresentou o relato do processo 141109.000035/2026-18 (CoreconPA/AP), prestação de contas de 2025, em votação aprovado por unanimidade. A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou para votação o processo 11105.000084/2026-82 (Corecon-BA), prestação de contas de 2025, em votação aprovado por unanimidade. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, apresentou seu voto para aprovação do processo 141100.000102/2026-76 (Cofecon), balancete do 1º trimestre de 2026, em votação aprovado por unanimidade. Por fim, a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou os processos de prestações de contas dos auxílios financeiros para homologação, a seguir: - Processo 141100.000176/2025-21 (ANGE), XL Congresso da ANGE 2025, R$ 17.536,42, em votação aprovado por unanimidade; e - Processo 141103.000820/2025-31 (Corecon-PE), 33º Encontro de Economia do Nordeste - ENE 2025, R$ 7.971,10, em votação aprovado por unanimidade. **Diligência.** A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva informou que o processo nº 141108.000040/2025-41 foi colocado em diligência devido a recorrentes problemas do Corecon-CE no envio da prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos. O balancete referente ao terceiro trimestre do exercício foi encaminhado para análise complementar, a fim de permitir uma investigação mais detalhada das inconsistências identificadas. Na sequência, o conselheiro federal Paulo Hermance Paiva relatou a diligência referente ao Processo nº 141100.000092/2026-79), do Corecon-GO, destacando a ausência de documentos obrigatórios, como o balanço patrimonial e as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e do FGTS. Em razão dessas pendências, foi determinada diligência para que a documentação fosse apresentada. *6.3. Processos de Auxílio Financeiro.* A conselheira federal Kerssia Preda Kamenach apresentou seu relato para os processos: Processo 141100.000328/2025-96 (Pedido de reanálise do auxílio aprovado), Auxílio Financeiro: II CACES, Valor Aprovado: R$ 6.703,92. Processo já aprovado anteriormente para custeio de passagem aérea de palestrante. O pleito foi alterado para utilização do recurso em despesas de coffee break. Com parecer favorável da assessoria jurídica e disponibilidade orçamentária confirmada pela contabilidade, foi aprovada a concessão do auxílio financeiro no valor de **R$ 6.703,92**, observadas as regras de prestação de contas previstas na regulamentação. Processo aprovado por unanimidade. Em seguida, foram analisados os pedidos de apoio aos **Prêmios de Monografia** dos Corecons de Pernambuco, Paraíba e Paraná. - Processo 141103.000101/2026-00 (Corecon-PE), Auxílio Financeiro: 20º Prêmio Pernambuco; - Processo 141121.000079/2026-71 (Corecon-PB), Auxílio Financeiro: XV Prêmio Paraíba de Economia; e - Processo 141106.000067/2026-35 (Corecon-PR), Auxílio Financeiro: 36º Prêmio Paraná de Economia. O Corecon-PE apresentou toda a documentação exigida. Já os Corecons-PB e PR não apresentaram comprovação de divulgação em jornal de grande circulação, razão pela qual a aprovação ficou condicionada à apresentação da justificativa para a dispensa da publicação ou à comprovação da divulgação realizada. Foram aprovados os valores de **R$ 3.000,00** para Pernambuco, **R$ 5.000,00** para a Paraíba e **R$ 6.000,00** para o Paraná, com as ressalvas apontadas. Os processos de monografia foram colocados em votação e aprovado por unanimidade. Na sequência, foi apreciado o pedido de apoio ao **Seminário Regional de Economia de Fronteira e Desenvolvimento Sustentável**, promovido pelos Corecons de Rondônia e Acre, a ser realizado em Rio Branco (AC). Processo 141124.000052/2026-59 (Corecon-RO/AC), Auxílio Financeiro: Seminário Regional de Economia de Fronteira e Desenvolvimento Sustentável. Embora o valor solicitado fosse superior

ao limite normativo, o Plenário aprovou a concessão do auxílio no valor máximo permitido pela regulamentação, correspondente a R$ 6.703,92. Pedido de apoio colocado em votação e aprovado por unanimidade conforme relato da conselheira Kerssia Preda Kamenach. Também foi aprovado o Processo 141113.000091/2026-85 (Corecon-AM/RR), apoio financeiro ao IV Seminário da Mulher Economista e Diversidade, a ser realizado em Manaus, no valor de R$ 13.407,84, observados os limites previstos na regulamentação vigente. Durante a discussão, conselheiros destacaram a necessidade de revisão dos critérios e dos valores destinados ao evento, considerando sua relevância nacional e sua consolidação como atividade permanente do Sistema Cofecon/Corecons. Ficou registrado o entendimento de que o tema deverá ser debatido futuramente para eventual adequação normativa e orçamentária. Em votação, o pedido de apoio foi aprovado por unanimidade. **7. Outros Assuntos**: Por fim, foi informado que a próxima plenária ocorrerá conjuntamente ao Seminário Nacional da Mulher Economista e Diversidade, em Manaus, sendo posteriormente encerrados os trabalhos. **8. Encerramento**. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, agradeceu a presença de todos e, às 12h deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela presidenta da Sessão. Brasília, nove de maio de dois mil e vinte e seis.

Econ. Tania Cristina Teixeira	**Jane Lopes da Silva**
Presidenta do Cofecon	Secretária *ad hoc*